



PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54

EXPRESSO		AVANTE
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA
TEMPO		POVO LIVRE
O JORNAL	15.FEV.1980	ALAVANCA
NOVA TERRA		UNIDADE
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR
		PODER POPULAR



A propósito do encontro com Lurdes Pintasilgo

A moral cristã e a política

Miller Guerra

O director deste semanário no artigo que consagrou ao encontro com Maria de Lurdes Pintasilgo, efectuado na semana passada, escreveu a certa altura: «O que se viu no velho casarão da Voz do Operário a transbordar de gente e solidariedade, em que um cravo vermelho na mão voadora de uma pequena mulher de olhar generoso e vivíssimo, um cravo vermelho arremessado a quem o fez florir no peito do povo português numa madrugada de Primavera, semeou a emoção e acendeu a memória de um passado, que é ele todo futuro, entre tantos e tantos, talvez todos, que com a força e a pureza do primeiro dia («o dia inicial, inteiro e limpo»), cantaram a Grândola e gritaram — 25 de Abril».

O artigo tinha um título expressivo: «Um nome para a esperança.»

A descrição e o juízo sobre o acontecimento feitos por José Carlos de Vasconcelos, dispensam-nos de fazer algumas considerações que tínhamos em mente. Mas não dispensam, antes nos obrigam a chamar a atenção para certas facetas das relações da moral com a política. É assunto tradicionalmente cheio de escolhos e equívocos, uns intencionais outros ocasionais, na maior parte oriundos do atraso e fidelidade da elaboração teológica relativamente à evolução das realidades terrenas.

Um desses aspectos vem a ser a tão proclamada e comentada «isenção política da Igreja», que as últimas eleições legislativas veio mais uma vez trazer à luz do dia e à discussão pública. Pode-se pôr em dúvida se está em conformidade com o espírito do Evangelho lavar as mãos na água de Pilatos quando se defendem ou atacam pontos controversos, tais como a justiça social, a paz e alguns valores essencia da vida. Pode estranhar-se o desapego ou a indiferença por uma contenda que diz respeito ao homem e ao seu trabalho, à produção e à repartição da riqueza, à família e à sociedade. Mas esta atitude talvez seja sustentável e admissível por motivos estritamente circunstanciais. O que não se aceita nem tolera é a utilização dos meios de persuasão de que a Igreja dispõe para difundir ideias e recomendar procedimentos que favorecem os poderosos do mundo e os privilegiados da fortuna.

A isenção política da Igreja

É impossível recomendar aos cristãos a submissão dócil a uma ordem social gravemente injusta, imposta pelos interesses de uma oligarquia, partido ou classe.

Concebe-se dificilmente que a mesma fé e a mesma moral possam ser aceites e praticadas pelos que suportem as iniquidades e por aqueles que as causam. A justiça

não pode estar ao mesmo tempo do lado dos opressores e dos oprimidos. Se assim for, a igualdade, a fraternidade e a paz, são enganos funestos. De algum lado está o mal e o erro, ou dito em termos cristãos, o pecado. O crente não pode ser membro nestas circunstâncias, porque Jesus Cristo não é um conciliador incondicional, mas um divisor das uniões falsas ou falsificadas: «Não julgueis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer a paz, mas a espada.» (Mat. 10,34).

É verdade que ouvimos condenar com insistência enfadonha os maus, os pecadores e os perversos, mas de que vale isso, se se ocultam os causadores e as causas? Reprovar a injustiça e os pecados dos homens sem designar os responsáveis e, sobretudo, sem criticar o sistema político-económico que as origina — é transigir como a injustiça e a maldade institucionalizadas.

Entre o rico e o pobre, entre o grande burguês e o trabalhador, entre o forte e o fraco, qual é o campo do apostolado e da «Igreja militante»?

Quer se seja pró ou contra a religião, não há dúvida nenhuma que a influência da Igreja é muito grande. O que diz, escreve ou faz um membro do alto ou do baixo clero, repercute-se política e socialmente. A autoridade eclesiástica, mesmo fora da sua esfera particular e própria, é considerável, como as últimas eleições exemplificaram. Desejávamo-nos congratular com isso se grande parte do clero e dos leigos propagasse a doutrina da libertação das consciências dos gravames políticos e sociais que as ilaqueiam, e se não se apresentassem como depositários fiéis da verdade, quando afinal a interpretam deformadamente.

Que respondem os clérigos conservadores e integristas a esta interpegação do padre Yves Congar? «Que fiz eu que escrevo e falo? Que arrisquei para defender a justiça, os humilhados, os ofendidos e os explorados, aqueles de quem Jesus disse que eram o nosso próximo?»

O Evangelho manda estar ao lado daqueles de quem não se espera nada — nem sequer reconhecimento ou gratidão.

A primeira vez que grande parte do clero tomou posição contra o 25 de Abril, foi nas últimas eleições. As campanhas eleitorais anteriores desenrolaram-se sem interferências confessionais visíveis. Está claro que os partidos da direita procuraram, e obtiveram, o apoio de boa parte da hierarquia, mas tudo se fez discretamente como convinha à época e às circunstâncias seguintes à Revolução. Esta ainda estava próxima e a Igreja não se refizera do susto revolucionário. Cometeu ago-

ra uma imprudência, manifestando-se como força política proclamada do altar para baixo, irmanando-se com as formações ideológicas e institucionais derrubadas pelo 25 de Abril.

O encontro da Voz do Operário

Que se podia esperar dos católicos portugueses (os mais tradicionalistas da Europa, segundo conta) perante a «ousadia da verdade» personificada pela engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo? Nada mais, nada menos do que aquilo que se viu, e não descrevo, para não fazer coar de vergonha a face dos reacionários que a difamam im-

mente. Um dos intervenientes do encontro, Frei Raimundo Oliveira, caracterizou magnificamente a acção de Maria de Lurdes Pintasilgo: «Levou o Evangelho para a rua», disse.

Outro orador, Rui Grácio, definiu com rigor as relações da Igreja e da sociedade: «Em Portugal não há uma questão religiosa, mas uma questão social.» Ou seja: a divisão ou o afastamento dos grupos, camadas ou classes, não se deve imputar ao credo religioso, mas a convicções político-sociais totalmente diferentes: os «católicos de esquerda» querem transformar a sociedade abolindo as desigualdades, de modo que os recursos económicos sejam controlados pelos órgãos do poder público; de maneira que a produção dos bens e os serviços satisficam igualmente as necessidades de toda a população e que o homem seja considerado como um fim, deixando de ser um instrumento nas mãos dos «beati possidentes», quer dizer, dos possuidores da riqueza. Querem, finalmente, ajudar a construir uma sociedade liberta da opressão do capital, do despotismo do poder que ele confere, e do medo.

Escreveu Léon Blum que a Igreja (melhor diria, o Evangelho) tem com o socialismo um paralelismo de direcção, uma convergência possível de esforços e, pelo menos, uma compatibilidade essencial. Assim o cremos. Mas, de facto, entre o cristianismo e o capitalismo existiu sempre uma contradição fundamental. Quando as sociedades ocidentais invocam ao mesmo tempo um e outro, procuram servir a dois senhores inconciliáveis; na verdade servem somente um deles; o outro é apenas um «álibi», isto é, uma justificação falsa.

Na primeira fase da história moderna do capitalismo, o cristianismo serviu de disfarce ao capitalismo. Pode-se perguntar se não nos estamos avizinhandando da segunda fase, na qual o retorno a um cristianismo mais autêntico contribuiu para destruir as próprias bases do

capitalismo, cessando a religião de ser o «ópio do povo» para contribuir para a sua libertação.

Este trecho é de Maurie Duverger que nem é católico nem marxista, como se sabe. Esteve há tempos em Lisboa, convidado por um dos partidos hoje aglutinados na AD.

Levar o Evangelho para a rua significa pôr em prática os preceitos cristãos na sua pureza original e fundar-se neles para edificar uma sociedade que esteja de harmonia com a pregação de Jesus Cristo, isto é, com a formação de uma comunidade onde as virtudes cristãs possam ser praticadas, bem diferente daquela em que vivemos, cujos princípios, comportamentos e organizações são incompatíveis com os preceitos e as obras cristãs.

Os profetas do Antigo Testamento foram resolutos tomando a defesa do oprimido e condenando o despota: «Em vão inclinai a cabeça e dormis sobre o saco e a cinza. Eis o que me agrada: libertai aqueles que oprimis; quebrai toda a espécie de jugo; recolhei os pobres sem abrigo. Então podereis invocar a Deus e ele responderá: Eis-me aqui.» (Is. LVIII, 5).

Lê-se no Denteronómio (24,14): «Não explorarás o trabalhador pobre e necessitado.»

Decerto que o Evangelho não é um programa político nem sequer um projecto determinado de reforma social. É tão-somente uma fonte de inspiração, um critério de preferência das organizações das comunidades humanas que respeitem e pratiquem as virtudes cristãs. Fornece motivações e objectivos ao cristão e a todos os homens quando se trata de fazer opções essenciais sobre a estrutura e os fins da colectividade. Há sistemas político-económicos absolutamente incompatíveis com o cristianismo; mas há outros inspirados ou não nos preceitos da Escritura, que se harmonizam perfeitamente com eles.

O cristão tem o dever de fugir dos primeiros e de se aproximar dos segundos, porque estes permitem que se cumpra a vontade de Deus e dos Profetas, e os outros não.

A sessão do encontro com Maria de Lurdes Pintasilgo foi a manifestação de solidariedade para com uma atitude política inspirada na moral do Evangelho. Nada mais. Nada, por conseguinte, do que muitos pretendiam: um movimento para a fundação de um partido, um protesto contra a arbitrariedade do Governo de a exonerar do cargo da UNESCO e, ainda menos, o apoio indirecto a Ramalho Eanes. Também não foi uma dissidência com a Igreja hierárquica, mas tão-só a atitude de um grupo de católicos a quem a fé religiosa inspira uma posição política firme e incómoda.